

Câmara e Senado terão sessão noturna para atender governo

Arquivo — 31/10/78

Brasília — Durante hora e meia de conversa com o presidente José Sarney, anteontem, no Palácio do Planalto, os líderes do PFL no Senado Carlos Chiarelli, e na Câmara, José Lourenço, traçaram a estratégia para colocar as duas Casas em pleno funcionamento a partir de quarta-feira e, com isso, sepultar a proposta do Grupo Pró-Soberania, que insiste em mantê-las fechadas.

Na mesma reunião foram revistos os textos de 270 mensagens do Executivo que tramitam no Legislativo e passarão a ter tratamento prioritário. Para isso, Câmara e Senado funcionarão no expediente noturno, de modo que os trabalhos da Constituinte — comissões técnicas de manhã e plenário à tarde — não sejam prejudicados.

Os líderes pefelistas conseguiram, no mesmo dia em que se reuniram com Sarney, um grande trunfo para tornar vitoriosa a sua estratégia: a Mesa do Senado, reunida com líderes de bancadas, decidiu fazer sessões plenárias todas as noites para apreciar mensagens já prontas para entrar na ordem do dia. Segundo o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, vários setores da administração, inclusive municipal, que estão esperando aprovação de empréstimos estão semiparalisados por causa do baixo rendimento do Congresso ano passado, motivado pelos recessos brancos determinado pelas campanhas eleitorais.

Os dois parlamentares reunidos com Sarney constataram que 270 mensagens do Executivo dependem hoje de deliberação da Câmara, do Senado ou do Congresso Nacional. Entre essas mensagens estão algumas que dificultam até as relações externas do Brasil, que tem no momento 15 embaixadas vagas, apesar de a Presidência ter indicado os nomes dos candidatos a titulares dos postos desde o ano passado. O caso dos embaixadores que são sabatinados e aprovados pelo Senado, a Mesa diretora resolveu em caráter de urgência.

Há, ainda, 53 projetos de lei do Executivo que se destinam à modernização de setores da administração pública. São os casos, por exemplo, dos Código Penal e de Processo Penal e, ainda, da Lei das Contravenções Penais. Existem ainda 135 decretos-leis dependendo de deliberação do Executivo e 67 mensagens tratando de questões financeiras para estados e municípios.



Líder escreveu parágrafo e depois trabalhou contra

Líder iniciou a polêmica

Brasília — O redator do polêmico parágrafo 7º do artigo 57 do regimento da Constituinte — que assegura à assembléia tão ampla soberania que o presidente José Sarney suspeita ter ele a finalidade de reduzir o seu mandato — é o líder do governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna. O mesmo que depois manobrou para rejeitá-lo na quarta-feira passada, dia da votação da matéria.

Já o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, que nesse dia apoiou a soberania em plenário, na verdade foi contra sua inclusão no regimento, e diante do fato consumado procurou amenizá-la, acrescentando com sua própria letra uma alteração no texto final do projeto.

A esquerda, que ficou satisfeita com a versão final do regimento, mudou de opinião quando Ulysses marcou a data de votação; a direita, contrariada por essa versão, resolveu silenciar, mas também mudou de opinião e mais tarde passou a atacá-la, unindo-se à esquerda.

Essa situação confusa espelha o clima de grande insegurança que domina os bastidores e o plenário da Constituinte desde sua instalação, e explica em parte por que, na prática, ela ainda não conseguiu andar um centímetro. Por trás de qualquer iniciativa está sempre a disputa por espaço político entre PMDB e PFL. A crise econômica contribui para alimentar a paranóia na competição entre os dois principais líderes do país — Sarney e Ulysses.

— Não podemos admitir a inclusão desse parágrafo — disse Ulysses no tele-

fone a Sant'Anna no dia 20, véspera de uma sessão extraordinária da Constituinte.

— Não se preocupe — respondeu o líder do governo —, o presidente está de acordo.

Era a última palavra após o acordo fechado na véspera entre Sant'Anna, o grupo de deputados primeiro mandato — conhecido como "anjos" — que defende a soberania, e o maior partido da Aliança Democrática.

Foi essa mudança, que permite o arquivamento de projetos a julgamento de seu relator (o que reduziria a soberania da Constituinte), que provocou a reviravolta da semana passada e acabou adiando a votação da matéria. O líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), disse em nome dos pequenos partidos que aquele era "o regimento mais autoritário da história do Brasil". E pediu a Ulysses a reabertura dos prazos para a apresentação de emendas.

Se isso acontecesse, o senador Carlos Chiarelli (RS), líder do PFL no Senado, já estava pronto para apresentar sugestões alterando pelo menos dois pontos nos quais os avanços tinham ido "longe demais", na opinião dos conservadores: 1) o funcionamento limitado da Câmara e do Senado; e 2) as facilidades para a realização de um plebiscito, como forma de a população aprovar ou não a nova Constituição.

Quando a esquerda percebeu que tinha sido utilizada para dar passagem às propostas da direita, tentou voltar atrás, mas já era tarde.